



## Senado aprova texto que agiliza pesquisa de novos remédios

Objetivo do projeto, que segue para a Câmara, é acelerar a liberação de estudos clínicos e criar regras para a atividade, incluindo normas éticas

**P**roposta aprovada ontem pelo Plenário cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos. Além de acelerar a liberação de testes, o texto define normas a serem cumpridas nos estudos em seres humanos, buscando proteger a saúde e os direitos dos participantes de pesquisas clínicas.

Os autores do projeto argumentam que o Brasil é um dos países mais atrasados em relação à duração dos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Aqui, esses processos podem levar de 10 a 15 meses, dizem os senadores, enquanto em outras nações exigem no máximo 6 meses.

Para Ana Amélia, uma das autoras, o projeto é uma resposta a doentes que aguardam por uma esperança de cura. **3**

Uma das autoras do projeto, Ana Amélia conversa durante a votação no Plenário com Aloysio Nunes, Eduardo Amorim, Otto Alencar e outros senadores



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Eunício pede urgência para proposta de terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre a possibilidade de acelerar a aprovação de projetos que tratam da terceirização. Há duas propostas diferentes tramitando nas duas Casas, mas a da Câmara

está mais avançada. Por isso, Eunício sugeriu que ela tramite em regime de urgência.

Ontem o presidente do Senado também participou de cerimônia no Palácio do Planalto na qual foi anunciada a liberação de milho dos estoques governamentais para auxílio ao Nordeste. **7**



O ministro Henrique Meirelles, o presidente Michel Temer e o senador Eunício Oliveira em evento no Palácio do Planalto

## Estados querem votação rápida de repatriação

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, governadores pediram que a Casa aprove rapidamente o projeto que abre um novo prazo para repatriação de recursos não declarados mantidos no exterior. A proposta está na Câmara, de onde será remetida para o Senado. Uma parte dos recursos arrecadados pelo governo federal com a repatriação será remetida para os estados. Eunício afirmou que dará prioridade à proposta, de modo a ajudar os governadores a enfrentar a crise. **8**



O governador Rollemberg (DF) após reunião no Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lobão conduz reunião em que a CCI aprovou projeto contra burocracia

## Projeto força governo a impor menos burocracia ao cidadão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem um projeto que obriga o Executivo, o Legislativo e o Judiciário da esfera federal a exigir menos burocracia dos cidadãos. De acordo com a proposta, que agora vai

para a Câmara dos Deputados, os órgãos públicos deverão se balizar pelo princípio da presunção da veracidade e da boa-fé. Para Armando Monteiro, autor do texto, a burocracia provoca gastos inúteis ao Estado e ao cidadão. **5**

Passa em colegiado texto que combate remédio falso **3**

Procuradoria da Mulher discute assassinatos hoje **2**

Presidente da Casa cobra formação de comissões **2**

Embaixadas poderão ter que seguir a CLT **7**



Foram escolhidas 5 agraciadas para a 16ª edição da premiação, como a jornalista Tati Bernardi. Cerimônia vai ocorrer em sessão solene do Congresso que também vai comemorar o Dia da Mulher

# Senado entrega Diploma Bertha Lutz em 8 de março

O SENADO ENTREGA no dia 8 de março o Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos das mulheres e questões de gênero no Brasil. Nesta edição, serão agraciadas a jornalista Tati Bernardi, a major da Polícia Militar de Salvador Denice Santiago Santos do Rosário, a presidente da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, Diza Gonzaga, a embaixadora do Brasil na Sérvia, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e a professora Raimunda Luzia de Brito.

A cerimônia ocorrerá durante sessão solene do Congresso Nacional em que também será comemorado o Dia Internacional da Mulher.

A premiação recebe o nome da deputada federal Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), uma das pioneiras do femi-

nismo no Brasil e líder na luta pelos direitos políticos igualitários. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que deu às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

A escolha das cinco agraciadas foi feita pelo Conselho do Diploma, presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), e composto por um senador de cada partido com assento no Senado.

## 16ª edição

Instituída pelo Senado em 2001, a premiação chega à 16ª edição tendo homenageado 79 mulheres de várias áreas de atuação. Entre elas, a farmacêutica Maria da Penha, que inspirou a aprovação da Lei Maria da Penha, Zilda Arns, que foi coordenadora da Pastoral da Criança, a então presidente da República Dil-

ma Rousseff, e a ex-senadora Emília Fernandes, autora do projeto que deu origem à premiação. Em 2016, pela primeira vez foi agraciado um homem, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello. Quando presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, ele lançou a campanha Mais Mulheres na Política.

A entrega é parte da programação do Senado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Estão previstos eventos para os públicos interno e externo, promovidos pelo Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Comitê Pró-Equidade, Procuradoria da Mulher do Senado, Observatório da Mulher contra a Violência e Secretaria da Mulher da Câmara.

## Procuradoria da Mulher debate violência de gênero

O assassinato de nove mulheres numa festa em Campinas (SP) durante o último Ano Novo levou a Procuradoria Especial da Mulher do Senado a dedicar a 38ª edição da Pauta Feminina para abordar o tema "O feminicídio como violência política".

A audiência pública será realizada hoje, às 10h, no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Em 31 de dezembro, o técnico de laboratório Sidnei Ramis de Araújo invadiu a festa da família de sua ex-mulher, matou 12 pessoas, incluindo o filho, e depois se suicidou.

De acordo com a Procuradoria Especial da Mulher, a carta deixada pelo assassino documenta como "o conservadorismo político e o tradicionalismo comportamental

caminham juntos na direção de produzir uma violência que tem a mulher como alvo crescente e preferencial".

Ainda de acordo com a Procuradoria Especial da Mulher, a tragédia de Campinas remete a um caso semelhante ocorrido em 1991 em Montreal, no Canadá, onde 14 mulheres estudantes de engenharia foram assassinadas.

O caso canadense levou a data de 6 de dezembro a se tornar o marco do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

## Convidados

Debaterão o tema hoje no Senado a subsecretária de Políticas para as Mulheres do governo do Distrito Federal, Lúcia Bessa, a professora Lourdes Bandeira, do De-

partamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), a doutora em história e coordenadora da Questão Negra da Diretoria da Diversidade da UnB, Joelma Rodrigues da Silva, a pesquisadora do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade e mestrandia em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Clara Flores Seixas de Oliveira, e a doutora em antropologia e autora do livro *Órfãs de Esperança — violências contra a mulher, alguns relatos no mundo*, Véronique Durand.

O evento organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado é aberto ao público e tem transmissão on-line por meio do Portal e-Cidadania ([www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)).



O tema central da audiência pública será a relação entre a violência contra a mulher e o conservadorismo na política

## Eunício cobra de líderes partidários composição das comissões da Casa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reforçou o pedido para que os líderes partidários finalizem as indicações para as comissões da Casa. O pedido foi uma resposta ao senador Paulo Paim (PT-RS), que fez o apelo para que as comissões sejam instaladas antes do Carnaval.

Eunício afirmou que, se for preciso, votará com relatório de Plenário projetos que precisam ser apreciados pela Casa.

— Não havendo a instalação das comissões, esta Presidência é obrigada de ofício a pautar matéria para que tenha relatório feito aqui em Plenário. Não é a vontade da Presidência, mas não vou deixar este Plenário vazio sem discutir matérias que são de interesse da população.

Eunício disse que já pediu

à Secretaria-Geral da Mesa que faça um levantamento de propostas que estão nas comissões e prontas para serem enviadas ao Plenário.

Aécio Neves (PSDB-MG), considera a possibilidade de não haver acordo para a composição das comissões. Nesse caso, a divisão entre os partidos seria feita conforme os critérios previstos no Regimento Interno.

— Estamos defendendo que na terça-feira, na reunião de líderes, haja escolha pela ordem de precedência, calculada pelo tamanho das bancadas e blocos. Não podemos esperar mais.

As maiores bancadas escolhem primeiro e têm direito a comandar mais comissões. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi a única a escolher os integrantes.

## Viana relata madrugada violenta no Acre, que sofre com enchente

Jorge Viana (PT-AC) relatou ontem ação de vândalos e criminosos que tentaram incendiar quatro ônibus em Rio Branco. O senador garantiu que o governador do Acre, Tião Viana, está tomando as providências necessárias para coibir a violência.



Em discurso na terça-feira, Jorge Viana disse que centenas de famílias acrianas estão passando por momentos dramáticos por conta das cheias. O senador informou que até abril pretende visitar todos os 22 municípios do estado.

## Lídice comenta operação da PF contra o tráfico de pessoas

Lídice da Mata (PSB-BA) informou que a Polícia Federal foi às ruas ontem para desbaratar um grupo que agia no tráfico de pessoas para exploração sexual. As vítimas eram levadas de Fortaleza para a Itália e a Eslovênia.

A senadora foi relatora da CPI que investigou, de abril



de 2011 a dezembro de 2012, o tráfico de pessoas.

Em nota, a Polícia Federal comunicou que os presos serão indiciados por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PAUTA FEMININA Feminicídio e política

10h A Procuradoria Especial da Mulher discute o tema "Feminicídio como violência política".

### PLENÁRIO Desburocratização

11h Na pauta, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que visa diminuir a burocracia na administração pública.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Proposta que acelera a liberação de pesquisas clínicas vai para a Câmara

Projeto aprovado ontem pelo Senado cria marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos, definindo regra para estudo em seres humanos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que acelera a liberação de pesquisas clínicas no Brasil. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 200/2015 cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes e outras doenças, além de fixar regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos.

Atualmente, o Brasil é uma das nações mais atrasadas em relação à duração dos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Enquanto no restante do mundo esses procedimentos consomem um prazo que varia de 3 a no máximo 6 meses, no país eles provocam de 10 a 15 meses de espera.

O projeto — apresentado por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e o senador licenciado Walter Pinheiro (PT-BA) — tem dispositivos que visam proteger a saúde do voluntário de pesquisa, mediante garantia de assistência médica com pessoal qualificado durante todo o estudo. De acordo com os autores, o texto busca, sobretudo, desburocratizar o sistema e acelerar a liberação de novos testes.

## Revisão ética

Entre outros pontos, o PLS 200/2015 estabelece exigência de aprovação e revisão dos estudos por parte de comitês de ética em pesquisa, liberdade para o participante se retirar a qualquer momento do estudo e condução da pesquisa por equipe formada por pessoas cientificamente qualificadas e de forma a evitar sofrimento e danos desnecessários.

É prevista a suspensão dos procedimentos quando se evidenciar possibilidade de dano, invalidez ou morte. A obrigatoriedade de dar publicidade aos resultados é outra exigência. O texto também cria o Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, instância que pretende combinar a ação dos diversos comitês de ética em pesquisa existentes.

Ana Amélia ressaltou que o projeto trata da dor de milhares de famílias que têm urgência na cura de algum paciente próximo. Segundo ela, o incentivo à pesquisa presente no texto



Autores do projeto, Waldemir Moka e Ana Amélia argumentam que é preciso desburocratizar a liberação de novos testes

busca agilizar essa cura:

— Não estamos aqui defendendo interesses econômicos de quem quer que seja. Não podemos confundir pesquisa, ciência, com política e ideologia. Estamos já num momento de dizer “sim” a esse projeto que, mais do que tudo, é uma resposta aos portadores de câncer que aguardam uma

saída, uma esperança de cura para essa doença que, cada vez mais, assusta pelo seu crescimento entre os brasileiros.

## Placebo

No projeto, são definidos critérios que devem ser observados, como a responsabilidade do pesquisador em prestar os cuidados médicos

aos participantes da pesquisa durante toda a execução e a proteção ao sujeito da pesquisa em caso de uso de placebo — que só pode ser usado quando não há alternativa terapêutica efetiva para a doença objeto do estudo ou em tratamentos combinados.

O texto também determina a eliminação de ambiguidades que possam comprometer o direito de acesso do participante ao medicamento experimental após o estudo e garante que o tratamento de comparação, quando se usa o placebo, seja “o melhor tratamento ou procedimento que seria habitualmente realizado na prática clínica”.

Outros aspectos que precisam ser seguidos, de acordo com o projeto, são o controle social e a máxima independência dos comitês de ética, que devem manter equilíbrio de gênero em sua composição.

## Condições

O texto estabelece ainda as condições para a participação, nas pesquisas clínicas, de criança, adolescente, mulher grávida ou pessoa adulta incapaz de expressar validamente a própria vontade, ainda que circunstancialmente.

As condições que devem reger o termo de consentimento e as informações a serem fornecidas ao sujeito da pesquisa também estão definidas na proposta, que garante à pessoa o anonimato e o sigilo de informações.

É vedada a remuneração ou a concessão de qualquer tipo de vantagem pela participação em ensaio clínico (com exceção para ressarcimentos). Mas a participação de sujeitos saudáveis em pesquisa de fase inicial, quando não houver benefícios terapêuticos diretos aos participantes, pode ser remunerada, em condições previstas no projeto.

## Emenda garante medicamento de graça ao paciente que foi cobaia

Durante a análise do PLS 200/2015 em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu emenda de autoria dela para garantir, aos pacientes que se submeterem à condição de cobaias em pesquisas clínicas, o fornecimento permanente do medicamento que será desenvolvido a partir do experimento. A proposta previa que o fornecimento gratuito de medicamento só ocorreria até dois anos após a liberação e o início da comercialização do produto.

— Depois disso, se esse paciente precisar do medicamento, ele terá que comprar. Isso é justo? Favorece o paciente ou somente o laboratório? É o maior absurdo! Nós pesquisamos: em vários lugares do mundo o laboratório se compromete com a assistência daquele paciente — protestou.

A emenda foi aceita após o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), buscar um consenso. Ele propôs que o remédio seja fornecido pelo laboratório ao paciente até o momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) passar a fornecê-lo.

— Uma vez desenvolvido o remédio e ele posto à dispo-

sição do público, enquanto ele não for disponibilizado pelo SUS, o laboratório fornece. Podemos chegar a uma votação consensual nesse ponto — propôs Aloysio.

## Conselho

Humberto Costa (PT-PE) criticou parte da proposta que retira do âmbito do Conselho Nacional de Saúde e passa para o Ministério da Saúde o controle, a fiscalização e a regulação sobre a pesquisa clínica. O senador defendeu que o conselho ainda possa participar do novo órgão que será definido para regular as pesquisas.

Para Humberto, o controle social é fundamental na implementação de uma política que pode acarretar riscos para a população. Ele ressaltou que são inúmeras as histórias de medicamentos que continuaram a ser testados depois de problemas surgirem desse uso, e a presença da sociedade nessa fiscalização é fundamental.

— Propomos que um representante do conselho, vinculado à área de pesquisa e desenvolvimento científico em saúde, possa ter assento nesse novo espaço de regulação da pesquisa clínica no país — disse.

## Projeto contra fraude sanitária segue para Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta que amplia o prazo de interdição cautelar de estabelecimento envolvido com a falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e similares. O texto (PLS 464/2011) segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

Hoje a Lei 6.437/1977 limita a 90 dias o prazo para interdição cautelar do produto ou estabelecimento acusado de fraude sanitária. Esse é o período máximo admitido para a apuração da suspeita de adulteração. Se esse trabalho não for concluído em três meses, a venda do produto ou a atuação do estabelecimento será automaticamente liberada. A proposta busca eliminar essa restrição temporal à interdição cautelar.

Apresentado por Humberto Costa (PT-PE), o projeto já havia sido aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. O texto retornou ao Senado após alteração feita pelos deputados. A alteração insere itens de higiene pessoal e perfumaria entre os artigos listados no projeto.

Segundo Humberto, o problema da falsificação de medicamentos é recorrente:

— Muitas vezes, a fiscalização vai a uma farmácia, descobre que ali existem medicamentos roubados, falsificados ou adulterados e faz o fechamento provisório da empresa, mas ela volta a funcionar. Com essa proposta, a empresa só vai poder funcionar depois que o processo administrativo legal tiver sido concluído.

## Romário pede que SUS ofereça cirurgia para reverter diabetes

Romário (PSB-RJ) defendeu que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça a cirurgia gastrectomia vertical com interposição ileal. Ele se submeteu recentemente ao procedimento para reverter um quadro de diabetes.

O senador questionou os motivos de a cirurgia encontrar resistência no meio médico e sustentou que, se fosse adotada pelo SUS, poderia gerar redução dos gastos com medicamentos e internações.

— Entre 85% e 90% dos pacientes apresentam remissão ou cura da doença — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado



# Aprovado incentivo ao pescado em barragens

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça também diminui exigências para a piscicultura em lagos de hidrelétricas

A PRODUÇÃO DE pescado em lagos de hidrelétricas poderá ser dispensada da obrigação de outorga para direito de uso da água, desde que ocupe até 0,5% da superfície do lago. Projeto que abre essa possibilidade foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PLS 620/2015) modifica a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e libera da outorga também os parques aquícolas que ocupem até esse percentual do corpo d'água nos açudes e barragens.

A proposta segue para a Comissão de Agricultura (CRA) e depois será votada em caráter terminativo na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O texto acaba ainda com a



Relatório de Benedito (2º à esq), favorável à piscicultura, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça

exigência de registro e de inspeções navais prévias para a instalação de plataformas nos empreendimentos, obrigação prevista na Lei de Aquicultura e Pesca (Lei 9.537/1997).

Favorável ao projeto, o relator, Benedito de Lira (PP-AL), ressaltou o incentivo que ele poderá trazer para a produção

de pescado no país. E acolheu a justificativa do autor, ex-senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que foi ministro da Pesca e hoje é prefeito do Rio de Janeiro.

Segundo o relatório de Benedito, o país produz cerca de 2 milhões de toneladas de pescado, dos quais 40%

em criatórios, com base em dados de 2013.

## Importação

O PIB do setor está avaliado em R\$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais, entre pescadores e aquicultores, e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos

— Infelizmente, em função de algumas dificuldades criadas pelos órgãos de meio ambiente, estamos importando pescado. É por isso que falta peixe na mesa do trabalhador — opinou Lira.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que a utilização de 0,5% das águas dos reservatórios não provocaria danos ambientais.

## Impacto

Entretanto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse preocupado com o projeto.

— A ANA [Agência Nacional de Águas] realizou estudos em 96 reservatórios e concluiu que cerca de 60% não suportariam esse percentual de suas águas ocupadas por piscicultura. O mais conveniente seria a regulamentação caso a caso, pelos órgãos de licenciamento ambiental.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que pretende aprofundar a discussão nas comissões responsáveis pela análise do mérito da proposição.

## Projeto pode suspender proibição de descontos na base do IPI

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apresentará projeto de resolução para suspender a execução de dispositivo da Lei 4.502/1964, que proibia a dedução de descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O dispositivo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) em novembro de 2014.

Mas há questionamentos. A decisão pela apresentação da proposta foi tomada em reunião ontem da CCJ, com base em relatório do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre o Ofício "S" (OFS) 28/2014, do STF, reconhecendo a inconstitucionalidade do parágrafo 2º do artigo 14 da Lei 4.502/1964.

O parágrafo foi incluído pela Lei 7.798/1989, originada de uma medida provisória, e estabeleceu que os descontos incondicionais não poderiam ser deduzidos do valor da operação para fins de apuração do IPI.

O STF, ao julgar a questão, entendeu que a base tributável do IPI está definida no Código Tributário Nacional,

que possui status de lei complementar. Por isso, lei ordinária não poderia impedir a dedução dos descontos incondicionais que compõem aquele valor.

Para Valadares, como o STF reconheceu não ser possível impedir a dedução dos descontos incondicionais da base tributável do IPI e não houve qualquer modificação

posterior desse dispositivo, é possível a suspensão dele.

— Tal suspensão, como analisado, se mostra legítima para conferir isonomia entre os contribuintes e impedir que eventual mudança de interpretação pelos órgãos fazendários gere novas demandas, sobrecarregando, ainda mais, o Poder Judiciário — afirmou o relator.

## MP que prorroga contratos de concessão terá quatro audiências

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão especial que analisa a admissibilidade da Medida Provisória (MP) 752/2016, que autorizou prorrogar ou relicitar contratos nos setores rodoviário, ferroviário e aeroviário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O relator, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), propôs quatro audiências públicas,

apresentação do relatório em 22 de março e votação da matéria em 29 de março.

### Audiências

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que preside a comissão, disse que as audiências proporcionarão os subsídios necessários para debater e votar a MP, que pretende viabilizar novos

investimentos no setor de transportes.

A primeira delas está marcada para a próxima terça, às 14h, com a participação dos ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que comanda o PPI, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa, e representantes do Tribunal de Contas da União.

A segunda audiência, prevista para 8 de março, deve debater o transporte aeroviário, com representantes da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa), da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero, do Ministério dos Transportes e do PPI.

No terceiro encontro, marcado para 9 de março, o tema é o transporte rodoviário. Serão convidados representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do PPI, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), entre outras entidades.

A quarta e última audiência será em 15 de março e debaterá o transporte ferroviário com representantes da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), da CNT, da ANTT, do PPI, e entidades empresariais da indústria e da agricultura.

## Randolfe denuncia conluio para paralisar extração de minério

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a paralisação da extração de minério de ferro no Amapá, uma das principais atividades econômicas do estado, deve-se a "conluio" entre as empresas britânicas Anglo American e Zamin Mineração.

Disse que há "fortíssimas evidências" de que o processo de venda para a Zamin foi fraudulento, subtraiu 3 mil empregos diretos e indiretos, gerando milhões em dívidas trabalhistas não honradas e a deterioração da infraestrutura do setor. Informou que há investigação dos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho e que ele fará denúncia à câmara internacional de comércio.



Randolfe Rodrigues, senador



O vice-presidente da comissão da MP 752, deputado Domingos Sávio, fala com o presidente, senador Ataídes de Oliveira



# Comissão aprova projeto que reduz burocracia

Medida diminui necessidade de certificação e apresentação de documentos comprobatórios, como reconhecimento de firma em cartório e comprovante de residência

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União. O objetivo do PLS 214/2014 é reduzir a burocracia administrativa sempre que o custo econômico ou social da simplificação do processo seja maior do que o risco de fraudes. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

De autoria de Armando Monteiro (PTB-PE), a proposta faz parte da Agenda Brasil, pacote de medidas em análise no Senado para ajudar a combater a crise no país.

Pelo texto, que recebeu parecer favorável da relatora na CCJ, Gleisi Hoffmann (PT-PR), órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário devem, na relação com o cidadão, se balizar por princípios como a presunção de boa fé e de veracidade; pela redução dos custos da administração pública; pela simplificação dos métodos de controle; e pela substituição do controle prévio de processos pelo controle posterior.

Ao justificar a proposta, Armando deu dois exemplos: hoje o reconhecimento de firma em cartório tornou-se mais importante e “autêntico” do que a presença do próprio signatário. E uma conta de água ou de luz tem mais credibilidade do que a declaração de endereço residencial feita pelo próprio cidadão. Em sua avaliação, a burocracia brasileira faz “exigências absurdas e absolutamente desnecessárias” e traz transtornos, dificuldades e despesas para o cidadão.

— Temos uma herança cultural que



Armando Monteiro, autor do projeto, e Gleisi Hoffmann, relatora: proposta confere mais autonomia ao administrador e agiliza a prestação de serviços

nos aponta sempre para exigência de controle que, ao final, nada acrescenta do ponto de vista do controle efetivo dos procedimentos e impõem custos à cidadania. O Brasil é o país dos formalismos inúteis, das exigências cartoriais. Portanto há de se avançar numa agenda de desburocratização — disse o autor do projeto.

## Poder ao agente público

Ao dispensar o reconhecimento de firma em cartório, o projeto delega ao agente público o poder de confrontar a assinatura apresentada pelo cidadão com a de documentos pessoais de identidade. Ou de atestar autenticidade de cópias comparando-as com o documento original.

O projeto também veda a exigência

de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido. Se o cidadão estiver impedido de comprovar um fato, ele poderá escrever e assinar uma declaração, estando sujeito a penas administrativas e criminais caso ela seja inverídica.

Para Gleisi, a proposta é positiva ao conferir mais base legal para o administrador e agilizar os serviços prestados pela administração pública. A senadora apresentou, no entanto, uma emenda ao projeto.

A emenda retira do texto o trecho que propõe a substituição do controle prévio do processo pelo controle posterior para identificação de fraudes ou falhas. Na opinião da relatora, não seria adequado afastar definitivamente a

possibilidade de controle prévio dos processos, que pode ser benéfico tanto para a administração pública quanto para o cidadão.

## Emendas

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou ainda duas emendas, que foram acolhidas pela relatora. A primeira mantém a exigência da presença do proprietário do veículo no ato de reconhecimento de sua firma no documento de transferência do veículo. E a segunda ressalva os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades daqueles em que a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio.

## Plenário continua hoje debate sobre regras para desburocratização fiscal

O Plenário do Senado cumpriu mais uma rodada de análise da proposta de emenda constitucional que busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores. A PEC 57/2016 passou ontem pela segunda sessão de discussão, restando três para que ela possa ser votada em primeiro turno. A proposta voltará à pauta amanhã, às 11h.

Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, a PEC estipula que uma futura lei complementar reunirá regras de desburocratização a serem observadas por todos os entes da Federação.

Também passarão a ser regidas por lei complementar, segundo o texto, as diretrizes relativas a processo administrativo fiscal, substituição, eficiência e moralidade tributárias e

vedação de confisco.

A proposta também prevê uma lei complementar para criar e definir o conceito de “pequeno município”, entidade da Federação à qual deverão ser asseguradas normas simplificadas para balancetes e prestação de contas.

## Delegação

O texto permite ainda a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado município nessa condição assumam a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito.

Em primeiro turno, a PEC precisará de 49 votos favoráveis para ser aprovada. Depois disso, serão necessárias mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno, com a mesma exigência de votos. Caso seja aprovada nessas duas etapas, a PEC seguirá para a Câmara dos Deputados.

## Simplificação do sistema tributário pode ser votada

O Plenário do Senado poderá votar nesta semana projeto de lei complementar que simplifica o sistema tributário nacional, até hoje regulado por uma lei de 1966. De autoria da Mesa Diretora, com base em sugestões da Comissão de Juristas para Desburocratização, a proposta (PLS 406/2016 — Complementar) trata de temas como unificação do cadastro de contribuintes e regras do uso de precatórios na liquidação de valores inscritos na dívida ativa.

A compensação de débitos perante a Fazenda Pública Federal com créditos pro-

venientes de precatórios é prevista na Lei 12.431/2011, mas a proposta em exame no Senado amplia essa possibilidade para débitos com estados e municípios. A fim de não fomentar o mercado secundário de precatórios, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO), propôs limitar a compensação aos precatórios próprios, excluindo os adquiridos de terceiros.

O substitutivo também estabelece novas regras para a restituição total ou parcial de tributos, ao prever a correção

dos valores desde a data do pagamento até a devolução para o contribuinte. Essa norma vale para a compensação ou devolução de quaisquer créditos relativos a tributos.

O substitutivo apresentado por Caiado prevê que o responsável pela dívida tributária só poderá ser inscrito em dívida ativa se a responsabilidade tiver sido apurada administrativamente.

## CNPJ

Além disso, o substitutivo extingue o cadastro fiscal de estados e municípios e torna o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) o único a ser exigido dos contribuintes. Para tanto, deverá incorporar informações de interesse das administrações tributárias dos estados e dos municípios.

Caiado considera injustificável não ter sido implementada até hoje a unificação dos cadastros fiscais. Para ele, a redundância de informações e a duplicidade de exigências sobre os contribuintes devem ser afastadas em busca da eficiência administrativa.



Para Caiado, é injustificável a unificação de cadastros não estar implementada



# Movimentos sociais lançam “anticandidatura” para STF

Em manifesto entregue à Comissão de Constituição e Justiça, organizações defendem a indicação de professora de direito da UnB como candidata alternativa a Alexandre de Moraes para vaga no Supremo

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais entregaram ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um manifesto com a indicação de uma candidatura alternativa à de Alexandre de Moraes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O nome sugerido é o de Beatriz Vargas Ramos, professora de direito da Universidade de Brasília (UnB).

Moraes será sabatinado pelos membros da CCJ na terça-feira. Segundo os organizadores do manifesto, o documento, com o que denominam de

“anticandidatura”, foi lançado por integrantes do movimento feminista como uma forma de protesto à indicação de “pessoas que representem retrocesso nos direitos humanos e sociais arduamente conquistados, que desrespeitem o direito à não discriminação e à igualdade substantiva que a Constituição assegura a todas as pessoas”.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), recebeu o manifesto e reiterou que a indicação de ministros para o STF é prerrogativa constitucional do presidente da Repúbli-

ca, devendo ser validada pelo Senado. Mas Lobão afirmou que a opinião pública deve ser considerada e que dará o devido encaminhamento ao manifesto.

— Recebo com respeito para que em uma oportunidade se possa examinar a possibilidade de alteração constitucional, a fim de que seja contemplada essa iniciativa — disse o senador.

O documento propondo a candidatura alternativa também foi encaminhado à Presidência do Senado.

(Com Agência Brasil)



Lino Snieki

Indicado à vaga de ministro do STF, o ministro da Justiça licenciado Alexandre de Moraes (4º à esq.) almoçou na terça com os senadores Vicentinho Alves (PR-TO), Pedro Chaves (PSC-MS), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Fernando Collor (PTC-AL), Cidinho Santos (PR-MT), Thieres Pinto (PTB-RR) e Armando Monteiro (PTB-PE), todos do Bloco Moderador.

## Vanessa questiona decisão do Supremo sobre Moreira Franco

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a diferença de entendimento do STF diante das nomeações de Moreira Franco e Lula a ministérios.



Para a senadora, os dois casos são idênticos e não haveria impedimento legal para que um ou outro fossem ministros. Porém, disse ela, Lula foi impedido de assumir a Casa Civil mesmo sem ser réu, enquanto Moreira Franco, citado mais de 30 vezes em delações, teve a nomeação mantida por decisão do ministro Celso de Mello.

## Para Humberto, Corte reconheceu erro no caso de Lula

Humberto Costa (PT-PE) disse que o STF praticamente reconheceu “grave erro histórico” ao impedir a posse do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil da então presidente Dilma Rousseff. Para ele, a “assunção de culpa” do STF se deu ao permitir a nomeação de Moreira Franco.



O senador também pediu urgência da Câmara dos Deputados na votação de projeto dele que susta cobrança por despacho de bagagem.

## Flexa: número de deputados por estado requer ajuste

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a aprovação de projeto dele que ajusta o número de deputados federais por estado à população:



— Apesar do que estabelece o texto constitucional, a regra de proporcionalidade não vem sendo respeitada, em razão da clara omissão, por parte do Congresso, em exercer sua prerrogativa.

O PLS 315/2016 está na Comissão de Constituição e Justiça e tem Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator.

## Lindbergh anuncia que PT vai lançar Lula à Presidência

Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou em Plenário que o PT vai lançar a candidatura de Lula à Presidência. Ele fez o anúncio depois de comentar pesquisa de intenção de votos para presidente, divulgada ontem pela CNT/MDA, que aponta Lula na liderança.



Na terça, o senador apontou diferença de tratamento do STF em relação às nomeações de Lula e de Moreira Franco a ministérios. O Supremo deve a Lula uma reparação, disse Lindbergh.



Genaldino Menezes/Agência Senado

Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Edison Lobão recebem manifesto que pede Beatriz Vargas Ramos (2ª à dir.) no Supremo

## Eunício reforça importância do diálogo com Judiciário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem o diálogo do Legislativo com o Judiciário. Em encontro com representantes da magistratura e do Ministério Público, o presidente afirmou que é preciso haver entendimento entre os três Poderes para ajudar o país.

— Temos que dialogar com todos os Poderes. Estamos abertos para fazer o debate dos projetos que têm interesse e que estão em andamento. Precisamos fazer o entendimento entre os três Poderes quando envolve Orçamento e recursos

da União — ponderou.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, fez um balanço positivo do encontro e elogiou a postura de Eunício.

— A trajetória política do presidente do Senado é marcada pelo diálogo. Isso é absolutamente importante em um momento tão delicado quanto este que a gente está vivendo. Ele reafirmou o compromisso de dialogar com o Judiciário, o Ministério Público e as entidades de classe. Temos certeza que temos um quadro positivo

para tratarmos sobre matérias muito sensíveis, como o projeto de lei do abuso de autoridade e a questão remuneratória — ressaltou Germano.

A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, também elogiou a postura do presidente do Senado.

— Achamos que ele está no caminho certo. O diálogo, em momentos de crise, é a única ferramenta para conseguir soluções.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Trabalhador de missão estrangeira e embaixada pode ser regido pela CLT

Avança projeto que também determina o julgamento de processos entre organismos internacionais e seus empregados na Justiça do Trabalho

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a aplicação de normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos trabalhadores, brasileiros ou residentes, contratados no país por embaixadas, consulados e organismos internacionais. O projeto (PLS 423/2012) segue para a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A legislação trabalhista já é aplicada hoje a empregados de missões estrangeiras no país, mas por decisões judiciais. A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), visa normatizar a jurisprudência, inserindo essa previsão na CLT. O projeto também reconhece a Justiça do Trabalho como competente para processar e julgar dissídios entre embaixadas, consulados e organismos internacionais e seus empregados.

Pelo texto aprovado, não se

incluem nessa cobertura os empregados em serviço exclusivo que não sejam brasileiros e nem possuam residência permanente no Brasil. O relator na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse ter consultado o Ministério das Relações

Exteriores para elaborar seu parecer e decidiu aprovar o texto, com ajustes de redação.

— A proposta de atualização da CLT, ao estabelecer de maneira clara os direitos que devem orientar as relações entre empregados locais e mis-

sões estrangeiras, servirá para mais bem informar os Estados acreditantes [países que enviam missões diplomáticas ao Brasil ou estabelecerem órgãos consulares aqui] quanto a seus deveres e obrigações no país em matéria trabalhista.



Para Aloysio Nunes, relator, norma informará melhor outros países sobre seus deveres e obrigações trabalhistas no Brasil

Marcos Oliveira/Agência Senado

## Relatora pede transparência no Programa Cartão Reforma

A participação dos conselhos municipais como órgãos fiscalizadores foi incluída na proposta do Programa Cartão Reforma por Ana Amélia (PP-RS), relatora da medida provisória que cria o benefício. A senadora cobrou transparência e controle na adoção do programa, que prevê a oferta de subsídio de R\$ 5.865 para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de imóveis de famílias com renda de até dois salários mínimos, com assistência técnica para acompanhamento das obras.

— São recursos públicos a fundo perdido, que têm que ser aplicados com critérios rigorosos para que não haja fraudes — disse.

O programa, que prevê gasto acima de R\$ 1 bilhão para atender a mais de cem mil famílias, foi debatido ontem na comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP 751/2016. A medida é inspirada no Cheque Moradia, criado em Goiás, em 2011, e reproduzido em outros

estados. Ana Amélia adiantou que seu relatório deve ser apresentado em 8 de março e votado no dia 15.

Representante da Casa Civil, Fabiana Rodopoulos explicou que o programa atua na solução do deficit habitacional qualitativo, ou seja, favorece aquelas pessoas que possuem moradia, mas não dispõem de recursos para implantar melhorias.

— O programa é uma concessão, não é um financiamento. É uma subvenção a fundo perdido para as empresas, com fornecimento de assistência técnica pelos estados e municípios — explicou.

### Critérios

Um dos critérios para participação é que o beneficiário seja proprietário do imóvel, com prioridade para idosos e deficientes. Do valor médio do benefício, explicou Fabiana, R\$ 5 mil vão para o dono do imóvel, e R\$ 865, para a assistência técnica. Roberto Barreto, diretor-executivo da

Caixa Econômica Federal (operadora do programa), disse que a instituição movimentou mais de R\$ 82 bilhões em programas sociais do governo e “vai pôr o melhor de sua experiência para o Cartão Reforma”.

### Incentivo

A Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) apoia o Cartão Reforma, disse Arley Rodrigues, diretor da entidade.

— A iniciativa vai beneficiar milhares de famílias e incentivar o setor da construção, que vem sofrendo com elevada carga tributária e com a recessão.

Segundo ele, não há risco de formação de cartel pelos revendedores de material de construção, porque o Cartão Reforma vai pagar os empresários em dinheiro, não por meio de crédito no ICMS.

— O controle do programa vai ser eletrônico, com participação da Receita. Como serão os nossos associados que vão disponibilizar as mercadorias, estamos dando apoio ao gover-

no para ter toda a segurança possível — afirmou.

### Mão de obra

Já o representante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, Nelson Saule Júnior, criticou a MP 751/2016 por prever que a mão-de-obra das reformas ficará a cargo dos proprietários dos imóveis, sem a participação dos conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura (Crea). Ele também disse que uma MP não é a norma adequada para modificar regimes jurídicos em vigor há muitos anos.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) defendeu a inclusão de imóveis rurais no benefício.

Defensor do programa, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) apontou méritos no Cartão Reforma, a despeito de questionamentos sobre políticas de regularização fundiária.

— O valor do subsídio é pequeno, mas neste momento vai funcionar como estímulo ao setor e à própria concorrência. Vejo só pontos positivos.

## Gleisi afirma que não há deficit na seguridade social

Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou o argumento de que a reforma da Previdência é necessária porque há deficit na seguridade social.

A senadora criticou os critérios do governo para afirmar que a Previdência tem saldo negativo de R\$ 85 bilhões. Para ela, falta incluir nas contas outras fontes de financiamento. Gleisi considerou “maldade do governo propor um ajuste que atinge os que ganham menos”.

— O deficit vem doômputo errado de pegar só as contribuições patrão e empregado e colocar, no meio da seguridade, a Previdência dos servidores públicos, que não poderia ser contabilizada — afirmou.

## Ângela: “Proposta para a Previdência é desumana”

A reforma da Previdência é uma das pautas mais desumanas que o Congresso já recebeu, disse



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR). Para a senadora, a medida vai prejudicar os mais pobres e, de maneira mais acentuada, as mulheres.

— O secretário da Previdência, Marcelo Caetano, tratou o assunto com descaço, ao afirmar que o Brasil está seguindo a tendência mundial de equiparar direitos trabalhistas para homens e mulheres. Não adianta o governo salvar a Previdência, se não houver mais brasileiros para se aposentar.

## Paim registra apoio a movimento contra projeto de reforma

O movimento contra a reforma da Previdência recebeu apoio de diversos vereadores e prefeitos, disse



Jefferson Ruy/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o apoio vem inclusive de cidades governadas por partidos que, no plano federal, dão sustentação à proposta do governo.

— O prefeito e vereadores de Sede Nova [RS], com 3.057 mil habitantes, afirmam que a reforma ocasionará prejuízos econômicos à localidade. Uma trabalhadora rural que ganha um salário mínimo perderá, em dez anos, em torno de R\$ 150 mil, que deixam de ser investidos na economia do município.

## Senado e Câmara trabalharão juntos para regulamentar terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para acelerar a tramitação de projetos que tratam da terceirização. Eunício explicou que há um texto no Senado (PLC 30/2016) e outro na Câmara, com as

discussões mais avançadas (substitutivo ao PLC 3/2001). Eunício sugeriu que ele entre na pauta da Câmara em regime de urgência.

— É preciso regulamentar a situação, até para garantir os direitos dos trabalhadores terceirizados. É importante

que as duas Casas façam um entendimento para construir leis que destravem o crescimento e deem oportunidades aos brasileiros — disse.

O PLC 3/2001, de autoria do Poder Executivo, já passou no Senado e, como sofreu mudanças, voltou para a

Câmara. Se o substitutivo for aprovado pelos deputados, segue à sanção.

Eunício também anunciou que deve colocar a indicação de Alexandre de Moraes a ministro do Supremo Tribunal Federal na pauta do Plenário logo após a aprovação na CCJ.



Na opinião dos governadores, que se reuniram com o presidente do Senado, aprovação vai auxiliar no cumprimento de compromissos com os servidores públicos, prestadores de serviços e fornecedores



Jonas Pereira/Agência Senado

Em reunião com governadores, Eunício Oliveira (C) afirmou que o Senado apoia propostas para equilibrar o pacto federativo

## Repatriação de recursos terá prioridade, diz Eunício

EM REUNIÃO ONTEM com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, integrantes do Fórum Permanente de Governadores apresentaram a pauta de interesse dos estados. Eunício se comprometeu a dar prioridade no Plenário do Senado ao projeto de repatriação de recursos do exterior, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados.

A proposta (PLS 405/2016) reabre prazo para adesão ao regime especial de repatriação de recursos do exterior de 1º de fevereiro a 30 de junho deste ano.

— Obviamente, na hora que chegar ao Senado, eu darei prioridade para aliviar as finanças dos estados. Depois da aprovação, há o prazo para a sanção e mais 120 dias para esses recursos comecem a entrar — explicou Eunício.

Os governadores disseram

que a aprovação ajudará estados a cumprir compromissos com os servidores, prestadores de serviço e fornecedores, abrindo ainda a possibilidade de fazer investimentos.

— No ano passado, esses recursos colaboraram muito para fechar as contas dos governos. E agora, com aprovação na Câmara e a conclusão no Senado, nós vamos ter recursos importantes também para o cumprimento das nossas agendas e dos nossos programas, especialmente nossos programas de ajuste fiscal e de investimentos em áreas essenciais para a população — disse o governador de Goiás, Marconi Perillo.

### Créditos

Também apoiado pelos governadores, o PLS — Complementar 204/2016, do senador

licenciado José Serra (PSDB-SP), permite à administração pública vender ao setor privado os direitos sobre créditos, a chamada securitização das dívidas.

Os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, têm pedido a votação da matéria, que segundo Eunício Oliveira deve entrar na pauta de votação do Plenário na próxima semana.

### Fundos

Na pauta dos governadores, constam demandas que devem ser discutidas com os líderes partidários. Entre elas, a PEC 61/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que permite destinar emendas parlamentares ao Orçamento da União para alocar recursos nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Atualmente as emendas são direcionadas a projetos específicos, como a obras com problemas de burocracia e dispêndio de dinheiro público no exame desses projetos e na celebração de convênios para a liberação dos recursos.

Também foi discutido o projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite abater da dívida dos estados o valor que eles têm a receber de compensação previdenciária (PLS 390/2015). O projeto abre a possibilidade de os estados cobrarem das operadoras de planos de saúde pelos atendimentos feitos no Sistema Único de Saúde (SUS).

— A questão do ressarcimento do SUS é mais complicada, mas também vamos dar encaminhamento ao colégio de líderes. O fato é que, das cinco reivindicações que eles trouxeram aqui, todas equilibram o pacto federativo e obviamente contarão com o apoio dessa Casa — afirmou Eunício.

## Liberação de verbas avança economia do Nordeste, diz presidente do Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de anúncio da liberação de milho dos estoques governamentais para venda a criadores e agroindústrias de pequeno porte do Nordeste. O Programa Vendas em Balcão de Milho, do Ministério da Agricultura, irá permitir o acesso aos estoques públicos por meio de vendas diretas e a preços de mercado. Serão liberadas cerca de 140 mil toneladas de milho para atender à Região Nordeste.

— Cerca de 2,3 milhões de sacas de milho para o Nordeste brasileiro, cerca de 40 mil pequenos e micros agricultores serão beneficiados com essa iniciativa — elogiou Eunício.

O presidente do Senado

pediu a liberação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste, para ajudar os estados da região em dificuldade econômica. Atualmente, o dinheiro do fundo financia programas em 1.990 municípios situados nos 9 estados que compõem a Região Nordeste e no norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

— Nós temos dinheiro suficiente no Banco do Nordeste, cerca de R\$ 27 bilhões disponíveis, que podem ser utilizados para alavancar o desenvolvimento da indústria e do comércio no Nordeste brasileiro.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

## Comissão aprova valor menor para parcerias público-privadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que altera a regra sobre os valores mínimos para a celebração de contratos de parceria público-privada (PPP). A proposta (PLS 472/2012) estabelece faixas diferenciadas para a União, estados e municípios, reduzindo os valores.

O projeto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), contou com parecer favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). Pelo texto, nas parcerias entre a União e a iniciativa privada, os contratos terão valor mínimo de R\$ 20 milhões. Nos estados, o valor de partida será de R\$ 10 milhões, enquanto nos municípios o piso equivalerá a R\$ 5 milhões.

Aprovada em caráter terminativo, a matéria deve seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a decisão final no Senado seja em Plenário.

### Valores atuais

As normas gerais sobre as parcerias público-privadas foram estabelecidas pela Lei 11.079/2004. O texto, contudo, só admite a celebração de contratos que superem R\$ 20 milhões, seja qual for o ente federativo contratante. Para Valadares, esse requisito representa um obstáculo às parcerias, especialmente para os pequenos municípios.

O autor observa que o ajuste dos valores mínimos ao porte financeiro de cada ente da Federação contribuirá para a ampliação dos investimentos públicos, favorecendo o esforço de estados e municípios para minimizar

os reflexos da crise financeira internacional no Brasil.

— Temos certeza de que o ambiente de negócios será facilitado e que, com esse ajuste, os estados e municípios, ao lado da União, vão contribuir para atrair investimentos nesta fase tão difícil por que passa o Brasil — disse o senador.

O projeto aprovado tramitou em conjunto com o PLS 401/2012, do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues. Rejeitado, esse projeto sugeriria a redução do valor mínimo dos contratos para R\$ 15 milhões, no caso dos municípios com até 1 milhão de habitantes. Anastasia defendeu o projeto de Valadares, que considera a solução mais correta, por sugerir valores mínimos para estados e municípios.

Em 2013, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinou as duas propostas e aprovou parecer oposto ao que foi acatado agora pela CCJ. O voto do relator naquela comissão, o então senador Sergio Souza, foi pela aprovação da proposta de Antonio Carlos Rodrigues.

As parcerias público-privadas foram concebidas como meio de suprir, com investimentos privados, a insuficiência de investimentos em infraestrutura pública.

Os contratos têm por finalidade a implantação ou gestão de obras, serviços ou atividades de interesse público. Por meio de concessão, o parceiro privado passa a investir e explorar os serviços, por período com duração mínima de 5 e, no máximo, de 35 anos.

## Hélio José denuncia estrutura precária de bibliotecas

As bibliotecas públicas contam com estrutura precária, disse ontem em Plenário Hélio José (PMDB-DF). Ele citou o caso do Distrito Federal, onde as poucas bibliotecas que têm “alguma estrutura” apresentam problemas sérios.

Em pronunciamento na terça-feira, o senador cobrou a recuperação da área onde ficam as obras abandonadas da Escola Superior de Guerra. A construção, paralisada ainda no período do regime militar, está localizada perto da Universidade de Brasília, às margens do Lago Paranoá.



## Valadares critica privatização de companhia de água

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou ontem decisão do governo estadual de privatizar a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), como forma de ajustar as contas públicas. Para ele, quem sofrerá será a população, pois haverá aumento da tarifa, demissão de trabalhadores e possibilidade de extinção da chamada tarifa social, para as famílias de baixa renda.

— O aumento da conta de água prejudicará a industrialização do interior do estado, pois a Deso atende a mais de 50 pequenas e médias fábricas de derivados de leite.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado